
Mobilização Social em defesa da Comunicação Pública: a efetivação das comissões participativas da EBC¹

Luiz Felipe Novais Falcão²

Iluska Maria da Silva Coutinho³

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo:

Este artigo analisa o processo de mobilização social realizado em 2025 pela "Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública", incluindo a busca por articulações sociais e institucionais para implementar comissões participativas como instrumento de política pública na empresa. Utilizando revisão bibliográfica e pesquisa documental em bases públicas, imprensa e redes sociais digitais, o estudo investiga os processos de democratização da comunicação. O artigo destaca disputas por reconhecimento, legitimidade da Comunicação Pública e uma busca pelo reposicionamento da EBC como espaço de diversidade e pluralidade no sistema de radiodifusão. O trabalho busca contribuir para o debate sobre os desafios na institucionalização das políticas públicas de comunicação.

Palavra-chave: Mobilização Social; Comunicação Pública; EBC; Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública; Políticas Públicas de Comunicação.

Introdução

Conceito e sobretudo prática em disputa na realidade brasileira, a Comunicação Pública, tal como entendida por entidades da sociedade civil comprometidas com a democratização da comunicação, à exemplo da “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública”, não deve estar à serviço exclusivo dos poderes constituídos e, muito menos, sob orquestração de governos e partidos políticos diante de interesses que não sejam os coletivos, os interesses da sociedade de modo mais ampliado. Por princípio, seus interesses deveriam levar em consideração os valores democráticos, de respeito às liberdades, de efetivação dos direitos (sobretudo os humanos) e que, ao mesmo tempo, reconheçam as diversidades culturais, sociais além da pluralidade de representações. A discussão sobre estes direcionamentos, intenções e propósitos coletivos circunscritos sob o guarda-chuva do que se convencionou chamar de

¹ Trabalho apresentado no GP Políticas e Estratégias de Comunicação do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestre e doutor em Comunicação (PPGCOM-UFJF) é integrante do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA). luizfelipefalcao@gmail.com

³ Doutora em Comunicação e Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e da Faculdade de Jornalismo da UFJF. Coordenadora do Núcleo de Jornalismo e Audiovisual e integrante da Rede Telejor. E-mail: iluska.coutinho@ufjf.br

interesse público deve considerar, inclusive, as contradições e disputas típicas das dinâmicas sociais.

Se a conceituação de Comunicação Pública pode ter abordagens diversas, em estudos de Políticas e Estratégias de Comunicação e Relações Públicas, por exemplo, também é difícil o consenso sobre o que constitui o interesse público. O conceito é atravessado por ambiguidades que remontam a vários debates na teoria política, os quais buscam determinar se o livre desenvolvimento de cada um é compatível com o livre desenvolvimento de todos⁴. A tentativa de definição do termo, no terreno da teoria democrática, recupera polêmicas acerca do modo pelo qual interesses individuais podem ser perseguidos na arena social e como o bem comum pode ser buscado na esfera privada. (Maia, 2011, p.260)

Christofoletti e Triches (2014) ao trazer a discussão sobre o que representa o interesse público para o jornalismo, argumentam que a necessidade social de justificar atitudes para nelas imprimir um caráter positivo e de contribuição na dinâmica social fez com que jornalistas, ao longo da história e do desenvolvimento da profissão, recorressem ao interesse público como uma instância de valoração, acionada para explicar e sustentar escolhas.

Nos estudos de Sartor (2016; 2018), o interesse público, quando observado sob o prisma da atividade jornalística, aglutina as perspectivas de relevância, de esclarecimento, vigilância e espaço comum na medida em que: reconhece a subjetividade do profissional para selecionar os fatos a serem noticiados; expressa-se quando o trabalho de jornalistas produz efeitos pedagógicos a partir de apuração rigorosa, aprofundamento de contextualizações e simplificação da linguagem contribuindo para a tomada de decisões na esfera pública; está presente no entendimento de monitor crítico tanto do Estado como das organizações sociais e do próprio jornalismo além de se manifestar no esforço da manutenção do diálogo entre cidadãos e no compartilhamento de informações; observa os comportamentos da audiência, suas pautas, demandas e o prazer em consumir informações.

A compreensão mínima destas nuances já é suficiente para questionar falas como a atribuída ao ministro Sidônio Pereira, durante visita à EBC, de que ele pretendia usar a estatal como instrumento para melhorar, recuperar a imagem do governo Lula⁵ que enfrenta crises de

⁴ Sobre a historicidade do termo vale recorrer ao capítulo Serviço público e interesse público nas comunicações, de Suzy dos Santos e Érico da Silveira (Santos; Silveira, 2007).

⁵ Sidônio diz a servidores que quer usar a EBC para recuperar a imagem do governo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/bernardo-mello-franco/post/2025/06/sidonio-diz-a-servidores-que-quer-usar-ebc-para-recuperar-imagem-do-governo.ghml> Acesso em: 18/06/25.

popularidade⁶ desde o início de 2025. O episódio, registrado em junho, faz parte do contexto mais recente de disputa simbólica sobre os sentidos atribuídos à Comunicação Pública no Brasil.

A situação revela uma desconexão entre o que teria sido proposto pelo ministro Sidônio e a finalidade da EBC que, institucionalmente, por meio da Agência Brasil, da Rádio MEC, da Rádio Nacional e da TV Brasil (veículos que a compõem), coloca como sendo sua função a de prestadora de serviços que “contribui para o objetivo de ampliar o debate público sobre temas nacionais e internacionais, de fomentar a construção da cidadania, com uma programação educativa, inclusiva, artística, cultural, informativa, científica e de interesse público, com foco no cidadão. (EBC, 2025)

A dissonância no entendimento do que é a Comunicação Pública e as práticas e interferências políticas a que a EBC vêm sendo submetida marcam a construção de sua identidade, da sua história e definem a trajetória de enfrentamento e resistência de servidoras, servidores e movimentos articulados da sociedade civil na defesa dos interesses públicos.

Longe de querer esgotar as discussões sobre a definição de interesses públicos, mas reconhecendo a suficiência dos aspectos conceituais até aqui elencados para o desenvolvimento do presente artigo, pontua-se que eles são motores significativos de um processo de mobilização social empreendido pela “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública” desde 2016, período conturbado e de instabilidade política que culminou na dissolução do Conselho Curador da EBC. Processo que ganhou um novo capítulo a partir de 2024 e se estende até os dias atuais na luta por retomar a participação popular nas decisões editoriais da EBC.

No centro da mobilização está a demora na nomeação dos representantes para o Comitê Editorial e de Programação (Comep) e para o Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão (Cpadi). Os dois fóruns são parte do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS) ao lado da Assessoria Especial de Participação Social e da Ouvidoria da EBC. Os representantes de Comep e Cpadi se candidataram e foram eleitos, em outubro de 2024, por meio da Plataforma Brasil Participativo⁷. Quase oito meses depois, ainda

⁶ Governo patina para recuperar popularidade e repete aposta na exposição de Lula. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2025/06/governo-quer-ampliar-exposicao-de-lula-em-nova-ofensiva-apos-queda-de-popularidade.shtml> Acesso em 18/06/25.

⁷ EBC divulga resultado final das votações para os fóruns de participação social. Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-divulga-resultado-final-da-votacao-para-os-foruns-do-sinpas> Acesso em: 18/06/25.

não haviam tido os nomes designados. A publicação no Diário Oficial da União só ocorreu em 6 de junho depois de muita pressão da Frente.

A mobilização social enquanto processo de comunicação

Antes de seguir detalhando o processo histórico conduzido pela “Frente em Defesa da EBC e Comunicação Pública” cabe definir o entendimento e os pontos de vista acerca da mobilização social adotados neste trabalho além de destrinchar um pouco os processos que o disparam.

Assim, a partir das reflexões estruturadas por Falcão (2019) ao observar a primeira campanha audiovisual promovida pela “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública”, aciona-se a compreensão da mobilização social enquanto processo de associação entre a interpretação de espaços de convivências, compartilhamento de sentidos atribuídos e ação coletiva. Instâncias necessárias para o amadurecimento e a efetivação de qualquer processo que pretenda convocar, reunir, estimular, organizar e engajar pessoas.

Ele se dá, necessariamente, no campo da comunicação e precisa do compartilhamento de imaginários minimamente convergentes para acontecer. O intercâmbio dessas representações, quando traduzidas em informações precisas e postas em circulação e diálogo, pelos mais diversos canais de comunicação, é capaz de produzir novos sentidos, gerar afetações, acionar e potencializar sentimentos. Desse modo, as pessoas envolvidas em espaços de mobilização se dedicam a articular ações para interferir nas dinâmicas e processos sociais produzindo novas relações que, no presente objeto de estudo, se encontram na defesa e na busca por políticas públicas capazes de amadurecer o entendimento e efetivar a Comunicação Pública no Brasil.

O desafio premente na legitimação desses processos de mobilização é atingir a corresponsabilidade (Henriques; Braga; Mafra, 2007). Os autores problematizam o processo a partir de uma visão calcada nas relações públicas e que busca entender as nuances de cada relação para traçar estratégias de ação social que cumpram o papel de mobilizar. Para eles, embora reconheçam o caráter instrumental e técnico de qualquer tipo planejamento, o planejamento para mobilização social se configura enquanto “um ato político, guiado por uma razão dialógica ou comunicativa” (p.2). As ações comunicativas em movimentos sociais, dessa maneira, levam em consideração os atores envolvidos, suas experiências, potencialidades e, principalmente, os vínculos que estabelecessem entre si. Conhecer as relações que promovem

o envolvimento é fundamental para organizar e mediar o jogo de forças tanto políticas quanto dos valores acionados no processo e, também, as emoções. A mobilização social tem uma dimensão passional, um componente de desejo em transformar aquilo de que se participa. Toro e Werneck (2004) alertam para a necessidade de envolvimento contínuo e duradouro de cada uma e cada um dos mobilizados.

Assim, planejar a mobilização de grupos sociais significa envolver. Segundo Henriques et al. (2007, apud Peruzzo, 1998), é necessário criar condições de debate, de troca de informações, confiança, autonomia, representatividade e fomentar o entendimento da corresponsabilidade.

Em um vetor de amadurecimento do processo, Henriques (2007) ordena e distribui cada uma das etapas de um projeto ideal de mobilização social em três grupos de pessoas afetadas: beneficiados, legitimadores e geradores.

O caminho pressupõe, inicialmente, a localização espacial definida, podendo ser física ou virtual, para identificação precisa de onde estão os públicos do processo. Na sequência, a instância das informações sobre aquilo de que trata o processo de mobilização social, suas implicações e repercussões. Essa etapa abarca os beneficiados pelo processo. O julgamento do repertório das informações a ponto de gerar posicionamento em relação ao projeto e, ainda, juízos de valor circunscreve as pessoas que legitimam a mobilização. O terceiro agrupamento, o de geradores do processo, compreende quem realiza ações que tenham como propósito contribuir para efetivar os objetivos do processo, que demonstrem coesão entre os públicos envolvidos, que atuem em continuidade na troca de informações, perspectivas de avanço e engajamento em novas frentes, que assumam a corresponsabilidade ao entenderem a dimensão da sua participação e que alcancem a participação institucional quando o vínculo estabelecido é forte e estável.

Ao realizar o exercício de observar o movimento em defesa da Comunicação Pública em deslocamento por este vetor de mobilização, ela passa a ser encarada enquanto um imaginário que desperta sentimento de pertencimento de pessoas que se uniram em torno da luta pela sua preservação. A “Frente de Defesa da EBC e da Comunicação Pública” é, ao mesmo tempo, o público beneficiado dessa construção social, a instância legitimadora e a geradora. O grupo se aproxima e dialoga por vias digitais majoritariamente (mas não apenas. Muitos dos seus integrantes estão em Brasília-DF).

Formada por jornalistas, sindicalistas, professoras e professores universitários além de representantes de movimentos organizados da sociedade civil é detentora de um repertório inicial de conhecimentos e informações que constantemente é posto em circulação e confrontado com novas informações, notícias e documentos ligados a políticas públicas (ou falta dela).

Assim, a elaboração coletiva de juízos de valor leva ao planejamento de ações estratégicas colocadas em prática na busca por efetivar o entendimento de Comunicação Pública que o grupo compartilha e que, por hora, está ameaçado. Coesão, continuidade, corresponsabilidade e participação institucional, nos termos propostos por Henriques (2007), vão caminhando e se alimentando no fluxo das ações e diálogos permanentes ao longo de uma década de história.

A mobilização social, portanto, configura-se como uma possibilidade concreta de conhecimento das potencialidades do campo da Comunicação para acessar, propor e promover políticas públicas. Ramos (2005) aponta que, o direito à comunicação uma vez reconhecido, está sujeito a “discussão e ação enquanto política pública essencial, tal como políticas públicas para os segmentos de saúde, alimentação, saneamento, trabalho, segurança, entre outros” (p.250). É peça-chave para compreender e reivindicar os processos de democratização da comunicação assim como os dispositivos de regulação e governança das mídias públicas no Brasil.

A Frente em Defesa da Comunicação e a retomada da participação popular

A "Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública" começa a se articular em meio aos desdobramentos do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. Dilma, em outubro de 2015, foi denunciada por crime de responsabilidade. Em 02 de dezembro, o então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, aceitou a denúncia e iniciou o processo de impedimento. Tramitado na Câmara, o processo chega ao Senado em 17 de abril. Em 12 de maio de 2016, a casa aprova a abertura do processo e Michel Temer assume o governo. O processo foi finalizado em 31 de agosto de 2016, quando Dilma teve seu mandato cassado e Michel Temer assumiu, em definitivo, o comando do país. Críticas constantes eram feitas em

relação à cobertura feita pela EBC⁸ sobre o processo de impedimento e se tornaram, inclusive, tema de reunião⁹ e publicações na ouvidoria da empresa¹⁰. Michel Temer passou a demonstrar incômodo e defender alterações no funcionamento da estatal que, no pós-impeachment, concretizaram-se: interferências governamentais¹¹, exonerações abruptas e ilegais e a dissolução do Conselho Curador (Falcão, 2019). Medidas que representaram o enfraquecimento da independência editorial e da Comunicação Pública brasileira (Nitahara; Da Luz, 2021) além de expor a fragilidade dos mecanismos de controle social em relação ao tema. Cabe salientar ainda que os ataques ao caráter público da Empresa Brasil de Comunicação se seguiriam durante todo o governo Bolsonaro (Falcão, 2024) que realizou a fusão entre TV Brasil e NBR¹² subordinando, em mais uma medida desastrosa, a emissora pública ao caráter estatal.

Assim, diante de todas essas empreitadas do Executivo para fragilização da EBC, a articulação de entidades da sociedade civil, movimentos sociais, sindicatos e profissionais da comunicação se estruturou. A “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública” foi criada e, inclusive, lançou campanha audiovisual nas redes sociais digitais (Falcão, 2019) no intuito de ampliar o debate, conscientizar e mobilizar mais pessoas dispostas a proteger e fortalecer a EBC.

A Frente é um espaço de discussão e troca de informações comprometida com o interesse coletivo, livre de interferências comerciais ou partidárias que reconhece a Comunicação Pública como um direito do cidadão e pilar para o exercício da cidadania e fortalecimento da democracia.

No episódio mais recente da articulação da Frente está a caminhada para tentar realinhar e devolver o caráter público à EBC. É nesse momento histórico de busca pela efetivação da Comunicação Pública no Brasil que este artigo se debruça. A ideia é, por meio da pesquisa

⁸ O papel da comunicação pública na crise política brasileira. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/o-papel-da-comunicacao-publica-na-crise-politica-brasileira/> Acesso em: 20/06/2025

⁹ Conselho aprova recomendação para garantir equilíbrio de fontes no jornalismo da EBC Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2016/conselho-aprova-diretrizes-para-garantir-equilibrio-de-fontes-no> Acesso: 20/06/2025

¹⁰ TV Brasil na cobertura dos atos políticos de março de 2016 Disponível em: <https://www.ebc.com.br/imprensa/2016/tv-brasil-na-cobertura-dos-atos-politicos-de-marco-de-2016> Acesso em: 20/06/2025

¹¹ Michel Temer abre caminho para interferência editorial na EBC. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2016/09/02/michel-temer-abre-caminho-para-interferencia-editorial-da-ebc/> Acesso em: 20/06/2025

¹² Comunicação pública sequestrada: um ano da fusão entre TV Brasil e NBR. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/intervozes/comunicacao-publica-sequestrada-um-ano-da-fusao-entre-tv-brasil-e-nbr/> Acesso em: 20/06/25.

documental em bases de dados de acesso público, publicações feitas pela imprensa e, também, em redes sociais digitais, registrar e refletir sobre a mobilização social empreendida pela “Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública”.

É inegável que, uma vez a EBC tendo sido fundada, em 2007, durante a gestão do Governo Lula e com ampla participação da sociedade, as pessoas que compõem a Frente esperassem que com a eleição de Lula os desmontes fossem revertidos com celeridade. O que não aconteceu. Uma nota¹³ confeccionada e direcionada à Ouvidoria da EBC, em setembro de 2023, demonstrava essa insatisfação.

O grupo que se comunica, em grande medida, por meio de mensagens pelo Whatsapp, intensificou a troca de informações, aflições, frustrações, desejos e debater os rumos da Comunicação Pública no atual governo Lula. A organização segue um processo orgânico em que os participantes trazem informações, propõem intervenções que são discutidas coletivamente e, a partir daí, são tomadas decisões e planejadas estratégias que se materializam em reuniões com autoridades, eventos que ampliam a discussão e têm potencial de mobilizar mais pessoas, elaboração de cartas, releases e notas endereçadas à imprensa.

Foi por meio desse modelo de articulação que a Frente encontrou formas de pressionar o governo federal a instituir o “Grupo de Trabalho - Comunicação Pública e participação Social na EBC” com a Portaria SECOM/PR nº 19 publicada em 15 de novembro de 2023. Um mês depois, o GT foi regulamentado (Portaria SECOM/PR nº 32), tendo as diretrizes da nova estrutura participativa definidas e estabelecendo a composição do Sistema Nacional de Participação Social na Comunicação Pública (SINPAS)¹⁴. Em maio de 2024, foi realizada audiência pública¹⁵ em que funcionários da EBC relataram os problemas enfrentados pelo jornalismo da estatal, a retirada de telejornais da grade de programação, a restrição para viagens e planejamento de coberturas, quadro de servidoras e servidores insuficiente, sobrecarga de trabalho e, também, as preocupações com as discussões acerca da participação da sociedade nas questões editoriais da empresa.

¹³ Frente em defesa da EBC questiona Lula sobre gestão da instituição. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/funcionarios-da-ebc-questionam-lula-sobre-gestao-da-instituicao/> Acesso em: 20/06/2025

¹⁴ EBC implanta Comitê de Participação Social, Diversidade e Inclusão. Disponível em: https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/ebc-implanta-comite-de-participacao-social-diversidade-e-inclusao?utm_source=chatgpt.com Acesso em: 20/06/25

¹⁵ EBC: representantes apontaram falta de recursos e desvalorização do jornalismo. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/11/04/ebc-representantes-apontaram-falta-de-recursos-e-desvalorizacao-do-jornalismo> Acesso em 20/06/2025

O compartilhamento de percepções sobre o trabalho desenvolvido no âmbito do GT seguiu sendo feito pela Frente até que, em 10 de outubro de 2024, foram abertas as inscrições para interessados em compor dos comitês Cpadi e Comep. Os editais e termos foram discutidos no interior da Frente, problematizados e, inclusive, foram avaliadas a participação ou não de representantes do movimento nos comitês dado que o ideal, defendido pelo coletivo, era o retorno do Conselho Curador. Ao longo de duas semanas, a Frente se organizou para acionar instâncias representativas da sociedade civil, articular e estimular as votações (abertas no período de 21 a 28 de novembro) pela plataforma de votação disponível no Gov.br. Assim, realizada a consulta, a apuração dos resultados foi divulgada em 11 de dezembro. Foram elencados 16 nomes titulares e suplentes para o Cpadi¹⁶ e formadas as listas tríplexes para o Comep¹⁷ oficializados pela Portaria-Presidente nº 634/2024¹⁸.

Paralelamente ao processo de votação dos nomes, o cenário político e de redução da popularidade do presidente Lula e crises internas ao governo levaram à troca de ministro na Secretaria de Comunicação da Presidência. A Frente se dedicou a elaborar uma carta ao novo ministro detalhando toda a situação vivenciada até ali e apontando a necessidade de soluções. O documento foi entregue em fevereiro¹⁹ sem que nenhuma providência fosse tomada até que, em maio, a Frente encaminha ofício endereçado ao presidente Lula e a Sidônio cobrando novamente a implantação dos comitês.

A estratégia encontrada para pressionar o Executivo foi promover a “instalação popular”²⁰ dos comitês em um evento convocado para o dia 04 de junho, na UnB, em Brasília. Funcionou. A EBC convoca, então, a primeira reunião do Cpadi para o dia 11 de junho quando

¹⁶ Resultado eleitoral para a composição do comitê de participação social, diversidade e inclusão. Disponível em: https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/lista-cpadi-pos-fase-recursal-1.pdf?_gl=1*qx8zxx*_ga*MTcyMjM5Njg1NS4xNzIxMzA0MzYw*_ga_TGW7R30M20*MTczNDAwODc3OC4xNy4wLjE3MzQwMDg3NzguNjAuMC4w Acesso em: 20/06/25

¹⁷ Listas tríplexes – comitê editorial e de programação (Comep). Disponível em: https://www.ebc.com.br/imprensa/2024/listas-triplice-comep-pos-fase-recursal-1.pdf?_gl=1*7uehl3*_ga*MTcyMjM5Njg1NS4xNzIxMzA0MzYw*_ga_TGW7R30M20*MTczNDAwODc3OC4xNy4wLjE3MzQwMDkxMjMuNjAuMC4w Acesso em: 20/06/25

¹⁸ Composição do comitê de participação social, diversidade e inclusão (Cpadi). Disponível em: https://www.ebc.com.br/sites/_institucional/files/atoms/files/portaria_-_presidente_no_634_sei_no_0019960_-_composicao_do_comite_de_participacao_social_diversidade_e_inclusao_-_cpadi.pdf Acesso em 20/06/25], de 16 de dezembro.

¹⁹ Entidades e funcionários da EBC enviam carta a Sidônio e cobram medidas. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monicabergamo/2025/02/entidades-e-funcionarios-da-ebc-enviam-carta-a-sidonio-e-cobram-medidas.shtml> Acesso em: 20/06/25

²⁰ Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública faz instalação popular dos Comitês de Participação. Disponível em: <https://ouvidoriacidadaebc.org/frente-em-defesa-da-ebc-e-da-comunicacao-publica-faz-instalacao-popular-dos-comites-de-participacao/> Acesso em: 20/06/25

se dá a cerimônia oficial de instalação conjunta dos comitês com a promessa de reuniões mensais²¹ do Comep e trimestrais do Cpadi.

Considerações Finais

A atuação “Frente em Defesa da EBC e Comunicação Pública” é parte fundamental no processo de mobilização social para a efetivação da democratização da comunicação no Brasil. Por meio da articulação, principalmente de jornalistas, realiza a disputa por reconhecimento da Comunicação Pública enquanto instância independente e não subordinada às forças político-partidárias e econômicas. Promove a legitimidade do modelo público ao mesmo tempo em que reflete sobre a crescente complexidade do campo político-comunicacional.

As ações coletivas empreendidas ao longo de quase uma década materializam formas de resistência e de reconfiguração das dinâmicas de poder. A Frente é ao mesmo tempo beneficiária, legitimadora e geradora das estratégias de produção de sentidos em defesa da Comunicação Pública e no esforço em reposicionar a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) enquanto vetor de pluralidade, diversidade, promotor de direitos, inclusive e principalmente, à comunicação.

A mobilização pela legitimação da EBC entendida como a principal estrutura de Comunicação Pública no Brasil demonstra a relevância dos canais públicos que a compõem diante de pressões externas, em especial políticas, ao mesmo tempo em que não mede esforços para afastar as tentativas de instrumentalização política que a ameaçam. Além disso, o processo materializa o fomento ao protagonismo da sociedade civil ao ativar formas de controle social.

A atuação da Frente não está isenta de tensões, muito pelo contrário. Quanto mais “barulho” ela faz, mais exposta ela se torna. Entretanto, ganha força para, por exemplo, atrair novos participantes, realizar debates técnico-normativo sobre editais, dirimir conflitos de interesses. A disputa pela Comunicação Pública transcende a política partidária. Ela abarca questões legais e estruturais que devem ter cidadãos e cidadãs no foco das suas ações. Desse modo, a análise da atuação da Frente e suas estratégias de mobilização não procura apontar erros e acertos, mas sim contribui para um debate mais amplo sobre os desafios contemporâneos

²¹ Após 9 anos, EBC reabre instâncias de participação social. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-brasil/2025/06/11/apos-nove-anos-ebc-reabre-instancias-de-participacao-social.htm> Acesso em: 20/06/25

para a consolidação de uma Comunicação Pública democrática e plural com participação efetiva da sociedade.

Referências

COUTINHO, Iluska (org). **A informação na TV Pública**. Florianópolis: Insular, 2013. p.21- 39

CHRISTOFOLETTI, Rogério; TRICHES, Guilherme Longo. Interesse público no jornalismo: uma justificativa moral codificada. **Revista Famecos**, v. 21, n. 2, p. 484-503, 2014.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. Comunicação pública e mobilização social: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha da “Frente em defesa da EBC e da Comunicação Pública”. 2019. 140 f Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/9554> Acesso em: 21/06/2025.

FALCÃO, Luiz Felipe Novais. Telejornalismo e poder: enquadramentos telejornalísticos do governo Bolsonaro como indicadores da autopercepção sobre a função social do jornalismo na contemporaneidade. 2024. 497 f Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/17792> Acesso em: 21/06/2025.

HENRIQUES, Márcio Simeone; BRAGA, Clara Soares; MAFRA, Rennan Lanna Martins. **Planejamento da comunicação para a mobilização social**: em busca da coresponsabilidade. Comunicação e estratégias de mobilização social. Belo Horizonte: Autêntica, p. 33-58, 2007.

MAIA, Rousiley. Em busca do interesse público: tensões entre a argumentação e a barganha. In: KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. Pgs. 259-276.

NITAHARA, Akemi; DA LUZ, Cristina Rego Monteiro. O desmonte da participação social na EBC. **Revista Eletrônica Internacional De Economia Política Da Informação Da Comunicação E Da Cultura**, v. 23, n. 2, p. 22-37, 2021.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In MARQUES DE MELO, J.; SATHLER, L. **Direitos à Comunicação na Sociedade da Informação**. São Bernardo do Campo, SP: Umesp, p. 245-53, 2005.

SANTOS, Suzy dos; SILVEIRA, Érico da. Serviço público e interesse público nas comunicações. In RAMOS, Murilo; SANTOS, Suzy (orgs). **Políticas de comunicação**: buscas teóricas e práticas, vol 1. São Paulo: Paulus, 2007.

SARTOR, Basílio Alberto. A noção de interesse público no jornalismo: dimensões conceituais. **Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo** (16.: 2018: São Paulo, SP). Anais. São Paulo, SP: SBPJor, 2018., 2018.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nisia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Autêntica Editora, 2004.